

“Hoje, os escombros das caravelas estão voltando”: Corpo, colonialismo e guerra em uma conversa com Professora Berenice Bento

Luan Carpes Barros Cassal¹
Gustavo Borges Mariano²
Berenice Bento³

Resumo: Esta é uma entrevista feita com a Professora Berenice Bento, da Universidade de Brasília, realizada em 17 de agosto de 2023. Comentamos os 20 anos de sua tese *A Reinvenção do Corpo*, agora livro na sua terceira edição. Além disso, Berenice apresentou pesquisas e militância em andamento que serão publicadas nos seus novos livros, *Dispositivo sionista e seus descontentes: Histórias de pessoas judias antissionistas* e *Abjeção: a construção histórica do racismo*. Berenice analisa a história e a atualidade das relações coloniais e práticas de guerra e extermínio impostas por países europeus e seus aliados contra populações colonizadas e oprimidas, com destaque para o papel do corpo como meio de disputa, regulação e confronto. Valendo-se de uma abordagem interseccional, Berenice discute raça, gênero, sexualidade, idade, classe e política, fazendo um chamado para ação política e de pesquisa para pessoas acadêmicas.

Palavras-chave: colonialismo; guerra; racismo; corpo; política.

¹ Doutor em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutorando e pesquisador do *Manchester Institute of Education, University of Manchester* (Reino Unido). Professor Adjunto da *School of Psychology, University of Bolton* (Reino Unido). Email: l.carpesbarroscassal@bolton.ac.uk

² Mestre em Ciências Jurídico-Filosóficas pela Universidade de Coimbra (Portugal). Doutorando no programa *Human Rights in Contemporary Societies* do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal). Email: gustavobmariano@gmail.com

³ Doutora em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e *Universitat de Barcelona* (Espanha). Professora associada do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Pesquisadora do CNPq, foi pesquisadora visitante na *City University of New York (CUNY)* nos Estados Unidos da América, e no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC) em Portugal. Email: berenice.bento1@gmail.com

Contexto

A nossa conversa com Berenice Bento aconteceu no dia 17 de agosto de 2023, no modo online. A pesquisadora nos apresentou o desenho geral dos seus próximos livros, conforme vocês poderão conferir.

Enquanto fazíamos a revisão do texto, deu-se início a ofensiva de Israel em Gaza, considerada mundialmente, nos termos das definições de Leis Internacionais, como “genocídio”. Fizemos contato com a pesquisadora para solicitar uma atualização de sua análise a título de contexto para a entrevista, que ela gentilmente nos enviou em 19 de novembro de 2023. Eis a resposta, seguida pela entrevista como originalmente feita:

Berenice Bento: O que estamos assistindo não é a **um genocídio**, mas a continuação de política colonial iniciada em 1947, que tem como objetivo a eliminação total da presença palestina, os nativos da terra. Portanto, ainda que a carnificina esteja liberada (seja contra doentes internados em hospitais, em escolas, em prédios da ONU, contra jornalistas), devemos reconhecer que não estamos diante de uma excepcionalidade. O objetivo estratégico sionista já estava explicitado pelos pioneiros sionistas: limpar a Palestina da presença nativa. Não é possível compreender o ataque do Hamas no dia 07 de outubro sem que façamos os enquadramentos históricos necessários. São 76 anos de domínio colonial. O povo palestino está espalhado pelo mundo, como refugiado e apátrida, sem direito a uma identidade nacional. Israel descumpre há 75 anos a resolução 194 da ONU que determinou que os palestinos têm direito a retornar para suas casas e terras roubadas pelos sionistas. Desde 2007, Gaza foi transformada em um campo de concentração por Israel. E a população palestina que vive na Cisjordânia, em Jerusalém Oriental e dentro de Israel (em completa situação de segregação legal) são humilhados, presos, torturados, mortos e veem suas casas invadidas e destruídas. Nesta etapa do genocídio continuado que estamos (literalmente)

assistindo, chama a atenção o fato de que não há registros em conflitos e guerras de tamanha carnificina envolvendo crianças (inclusive recém-nascidos). Uma média de 136 por dia. Na Ucrânia, a média diária de crianças mortas era de 02. De um total de 12 mil palestinos assassinados, mais de 5.000 são crianças e mais de 3.000 são mulheres (dados de 16/11/2023). Na guerra demográfica contra o povo palestino, são estas populações as principais populações-alvo. Diante da cumplicidade da diplomacia internacional com os crimes contra a humanidade cometidos pelo Estado de Israel, não nos resta outra alternativa a não ser seguir com a mobilização global para exigir o cessar-fogo, o direito à vida do povo palestino e a aplicação do direito internacional (Tribunal Penal Internacional e Corte Internacional de Justiça) para Israel e seus líderes.

Entrevista

Luan Cassal – Berenice Bento é professora associada do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, doutora em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e *Universitat de Barcelona*, é pesquisadora do CNPq e foi pesquisadora visitante na *City University of New York (CUNY)* nos Estados Unidos da América, e no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC) em Portugal.

Gustavo Mariano – A sua tese está completando vinte anos esse ano. Parabéns! O livro *A reinvenção do corpo* (BENTO, 2017) é uma referência para nós e está na sua terceira edição pela Editora Devires. Queria ouvir um pouco como você reflete essa trajetória, e essa terceira edição, nesse momento da sua vida e das políticas brasileiras.

Berenice Bento – MUITÍSSIMO obrigada, Luan e Gustavo, pelo convite para esta conversa. Interessante... Vinte anos. Se pensarmos que a tese foi a primeira no Brasil, nas Ciências Sociais, sobre a questão das existências trans, e considerarmos o que tínhamos há vinte anos e o que nós temos hoje, é impressionante o que aconteceu.

Naquele momento, a tese se transforma em um material importante para os próprios movimentos sociais, porque todo o referencial teórico disponibilizado era patologizante, psiquiatrizante, criminalizante. Nas primeiras páginas eu assumo a perspectiva despatologizante, em 2003. Admito que estava com muito medo, lembremos que era uma tese de doutorado e eu tinha que passar por um rito acadêmico, uma banca. Trabalho pioneiro tem disso, nunca se sabe como será a recepção. Ninguém faz uma tese, e vocês estão escrevendo uma tese agora sabem disso, pensando que ela será pioneira. Queremos defender, passar pelo rito, ganhar o nosso título de doutor e doutora e cair no mundo para fazer concurso e batalhar a vida e assim foi comigo. Eu já era mãe, tinha que ter esse título para fazer os concursos.

Naquele momento a discussão da campanha da despatologização não estava posta. Então, estabeleci uma luta interna na tese contra o pensamento estabelecido da psiquiatria, da medicina, da própria sociologia, que não falava sobre e não falar é um jeito de falar. O silêncio da sociologia era uma forma de reconhecer que não tinha instrumentos teóricos para analisar as identidades abjetas. Quem formula sobre as identidades abjetas? As ciências Psi (psicologia, psiquiatria e psicanálise).

Se há questões que proponho no texto que seguem válidas, têm muitos pontos que precisam necessariamente ser revistas. Eu espero que eu tenha energia para, em breve, fazer uma revisão, incorporar o conceito de cisnormatividade, de identidade cis, que eu demorei um tempo elaborando, para entender. Ninguém precisa defender um conceito, o conceito não é uma plataforma política, não é uma agenda política. É algo que te ajuda a pensar o mundo. E esse conceito de cisgeneridade, em algum momento, não me parecia potente suficiente para nos ajudar a pensar a posição que os corpos trans não ocupam nas ontologia. Eu interpretava o conceito, de certa forma, como uma reinstauração do registro binário, o que não é verdade. É justamente uma dobra no binarismo.

Vinte anos depois d'*A reinvenção do corpo* (2017), olha o que nós temos hoje. Na academia, a presença de pessoas trans produzindo pesquisas altamente sofisticadas e

potentes como Sofia Favero (2020), sobre a questão das infâncias transviadas, que hoje me parece ser o grande tema para se pensar. A Sara Wagner York (et al, 2020), Jaqueline de Jesus (2014) e tantas pensadoras e pensadores que estão, de fato, dando uma guinada na discussão de gênero e, ao fazer isso, contribuem para nos ajudar a entender as disputas antológicas em curso.

Gustavo Mariano – Fazendo a ponte com a questão do seu trabalho seguinte, a primeira vez que eu te vi foi em 2015, no seminário queer da CULT de São Paulo⁴ e você afirmou que a Palestina é a travesti do mundo e aquilo, naquele momento, até me surpreendeu, porque eu não sabia que você estava trabalhando nisso, que você tinha ido à Palestina. Eu queria ouvir um pouco sobre isso, sobre esse próximo livro que tem essa questão do colonialismo israelense na Palestina e como você constrói esse elo interessante entre esse começo da sua trajetória, com a relação Israel-Palestina. Como foi essa virada para você e o que podemos esperar desse próximo livro?

Berenice Bento – Esse livro chama *Dispositivo sionista e seus descontentes: Histórias de pessoas judias antissionistas* e será lançado em breve. Eu trabalho com as categorias gênero e sexualidade há quase trinta anos, porque a minha dissertação de mestrado foi sobre masculinidades. Eu pensava nas categorias gênero e sexualidade como centrais nas minhas reflexões e comecei a fazer um deslocamento quando eu estava em Nova York fazendo o meu pós-doutorado sobre a campanha da despatologização. Em 2014, aconteceu um massacre em Gaza. Em poucas semanas Israel despejou bombas suficiente para matar duas mil quatrocentas e noventa pessoas, dentre elas mais de quinhentas crianças. Quase toda semana nós fazíamos manifestações nas ruas de Nova York, saindo do Central Park até a sede da ONU, pedindo para parar o

⁴Ver:

https://portal.sescsp.org.br/online/artigo/9269_I+SEMINARIO+QUEER+CULTURA+E+SUBVERSOES+DA+IDENTIDADE

massacre. E, nesse contexto, eu entrei em contato com a discussão da Palestina e com coletivos judeus antissionistas. Comecei a estudar obsessivamente o processo de colonização da Palestina pelos sionistas.

Quando eu voltei para o Brasil, meses depois eu já estava indo para a Palestina. Ou seja, além da imersão nos textos, do ativismo em Nova York estabeleci como meta ir à Palestina. Lá, eu fiz uma excursão com um guia israelense. Era o mês da Parada LGBTTIQ+ em Israel e teria um desfile em Jerusalém. Inclusive, foi nessa parada, em 2015, onde um judeu ortodoxo avançou e esfaqueou manifestantes e uma jovem morreu. Naquela excursão impressionou-me como o guia falava o tempo inteiro, como Israel é um país democrático para as pessoas LGBTTIQ+. Eu tinha acabado de visitar campos de refugiados palestinos, eu já tinha uma compreensão, portanto, de que aquele homem era um agente do Estado, da política sionista, do que a Sarah Schulman (SCHULMAN, 2011) vai chamar, de *pinkwashing*, ou seja, como Israel utiliza as lutas da comunidade LGBTTIQ+ para esconder os crimes do colonialismo e do *apartheid* de Israel.

Nessa viagem, portanto, eu comecei a entender como a sexualidade e gênero se transformam em um recurso retórico do poder para justificar a dominação de uma forma muito clara, de uma forma explícita. Compreendi que se nós não fizermos uma articulação com as dimensões outras como justiça social, luta anti-imperialista, luta anticapitalista, é muito fácil ser cooptado por uma agenda neoliberal e colonial. Acredito que essa é uma das facetas do homonacionalismo.

Ficou claro para mim que a Palestina é um espaço político que, de fato, ninguém se importa. Aqui dizendo dos Estados, da política *mainstream*, da *Realpolitik*. A Palestina está desaparecendo. Se pegamos o mapa da Palestina de 1948 e o de hoje, entendemos a ideia da mutilação política. No contexto de onde venho, encontrei na figura da travesti a transfiguração local do que está acontecendo com a Palestina.

Então foi nesse sentido que eu fui construindo as aproximações e pensando que a questão da Palestina e a questão das travestilidades não diz respeito a uma identidade, a

um movimento social específico. Todos nós precisamos estar atravessados por essas existências, porque elas estão condenadas a morrer.

Gustavo Mariano – E você pode comentar um pouco mais sobre esse livro que vem aí?

Berenice Bento – Acho que comecei a escrever esse livro em Nova York. Nas manifestações que eu participava em Nova York eu ficava com os membros de um coletivo *queer*. Entre os *queers* havia um palestino, de Gaza. Em algum momento ele desabou e começou a chorar copiosamente. Ele dizia que não aguentava mais: tinha acabado de saber que a casa de um vizinho tinha sido atingida por um projétil de Israel e que pessoas tinham morrido. Os pais dele estavam em Gaza. Então, desde 2014, a Palestina tornou-se uma presença diária em minha vida. E meu esforço tem sido, além do ativismo pelo direito do povo palestino a autodeterminação, entender como Israel é possível, como uma entidade política fundada a partir da limpeza étnica segue com suas políticas de despossessão e colonialismo sem que haja nenhum tipo de punição da chamada “comunidade internacional”. Eu acho que o poder bélico é, sem dúvida, uma explicação, mas é preciso de pessoas reais para fazer a máquina de morte das forças armadas israelense funcionar. Então, dediquei-me, nos últimos quase 10 anos a entender a produção das subjetividades sionistas entre as pessoas judias. Fiz um recorte de pesquisa e concentrei-me na escuta de pessoas judias antissionistas.

No livro eu entrevistei seis pessoas, todas judias antissionistas. Tentei entender os dramas subjetivos dessas pessoas ao romper com o sionismo. Todos nós sabemos o quão penoso é romper com as verdades que nos estruturam no mundo, as que recebemos dos nossos pais. Como qualquer pessoa que rompe com os valores interiorizados nas socializações primárias e secundárias, não foi possível para os/as colaboradores/as da pesquisa precisar em que momento se tornaram sionistas. Acho que o mesmo que acontece com a questão da sexualidade. Ninguém consegue narrar a história do

tornar-se heterossexual. É como se fosse um “desde sempre”. O rompimento, a saída do armário, contudo, é relatável. É possível contar: “Naquele momento eu conversei com os meus pais... me engajei no movimento social”.

O que o sionismo afirma como verdade inegociável? Que o Estado de Israel representa toda judaicidade e que é a única garantia que o povo judeu tem contra o antissemitismo, que embora hoje seja de menor intensidade, existe e pode voltar a atuar e matar o povo judeu. É um aprendizado e uma formação subjetiva marcadas pelo ressentimento e pelo medo. Aos poucos, o que antes foi interiorizado como verdade, por exemplo, de que os/as palestinos/as abandonaram suas casas e que, portanto, não teve limpeza étnica, cai por terra. As pesquisas de historiadores judeus antissionistas, como as de Ilan Pappé (2016), por exemplo, nos arquivos oficiais de Israel, nos abre para o horror que o planejamento de expulsão de quase 800 mil pessoas de casas e terras, a destruição de 500 aldeias e a implementação de mais de 31 massacres.

Essa foi a *Nakba* (catástrofe) palestina que os colaboradores/as tiveram que encarar. Ao longo dos séculos, judeus, muçulmanos e cristãos coabitaram pacificamente na Palestina. Foi, portanto, a partir da chegada, no início do século XX, de colonos judeus europeus que essa situação muda.

É isso que eu conto um pouco no livro, esses processos de rompimento com o sionismo. Eu lidei, portanto, com a ideia de ruínas, pensando a partir do Walter Benjamin (2012), que não trabalha no campo da subjetividade, mas no campo da história, mas eu me aproprio para pensar as ruínas subjetivas. Tornar-se antissionistas teve impactos na esfera objetiva: vínculos familiares são desfeitos, perseguição, ameaça de morte, perdas de emprego.

No momento de reconstrução, de colar os cacos, se observa dois movimentos; a separação do sionismo da judaicidade. Numa leitura muito próxima à oferecida por Judith Butler no livro *Caminhos Divergentes* (2017), os/as colaboradores/as apontam que o sionismo tornou-se uma expressão política de negação dos valores éticos judaicos. O segundo momento, foi o engajamento na luta do povo palestino.

A segunda parte do livro é composta por capítulos em que relato minhas viagens à Palestina. É nesse contexto que desenvolvo o conceito de “genocidade”. Dois conceitos que estão o tempo inteiro vibrando no livro é “genocídio”, que não é meu, obviamente, mas eu vou dizer que o conceito de genocídio não dá conta de entender a humilhação cotidiana que acontece no processo de mortificação imposto pelo Estado de Israel ao povo palestino. A ideia de “mortificação” é do Goffman, (2017) que eu me aproprio para construir esse conceito da “genocidade” que se caracteriza por processos de esvaziamento de poder de agência das pessoas palestinas nos seus cotidianos. A genocidade atua na microfísica do dia-a-dia. São os tapas nas caras, as cuspidas, a destruição das casas, o controle minucioso da mobilidade. É uma forma de produção continuada da morte.

Na terceira parte do livro, priorizo o debate com um tipo de sionismo que está entre nós, autodefinido de “sionismo de esquerda” e que defende Israel como uma democracia, e que nega a existência do *apartheid* em Israel e do colonialismo. Por que é importante esse movimento? Porque essas pessoas que estão na primeira parte do meu livro passaram pela experiência do “sionismo de esquerda”. Quase todas se definiam, em algum momento, como “sionista de esquerda”. Todas têm um ideário de esquerda, mas perceberam, em algum momento, que não tinha como defender o indefensável. Já que dizem ter uma sensibilidade de esquerda, que pensam justiça social, igualdade, como poderiam ter esse ideário de constituição de mundo e defender esse Estado supremacista branco? Esse é o desenho geral do livro.

Gustavo Mariano – É muito interessante a sua ida à Palestina e esse trabalho. Aqui no Brasil, esse contexto da relação Israel-Palestina muitas vezes parece muito distante, mas um dos pontos históricos e geopolíticos que conecta é a questão colonial e a relação Brasil-Portugal. E você habitou essas duas relações, você navegou entre elas. Queríamos ouvir um pouco sobre essa sua navegação, quando você esteve no Centro de

Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, entre agosto de 2022 e julho de 2023, onde nos conhecemos.

A “navegação” é um significante; e um outro significante que também ouvimos muito é o “descobrimento”, então queríamos ouvir um pouco, porque mesmo essa noção de genocidade nos parece um conceito suado como a Sarah Ahmed (2017) diz. Você tem explorado relações entre corpo e geopolítica. Conhecendo seu trabalho, sinto uma relação, esse nó corporal entre teoria e empiria; acho que é muito corpóreo todo esse movimento. Usando esse significante do descobrimento, queríamos ouvir um pouco o que você descobriu nas ruas, nos monumentos e narrativas de Portugal e como foi essa navegação da pesquisa sobre a Lei do Ventre Livre.

Berenice Bento – Eu fui para o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra⁵ com uma pesquisa que eu faço desde 2018 sobre a Lei do Ventre Livre no Brasil. Essa lei, de 1871, definiu que os filhos e as filhas das mulheres escravizadas nasceriam livres a partir da data da promulgação. A abolição direta acontece em 13 de maio de 1888, quando se declarou que no Brasil não haveria mais pessoas escravizadas, a Lei Áurea.

São algumas etapas dessa pesquisa. A primeira etapa (concluída) foi analisar os anais do Congresso Nacional, para entender como aqueles parlamentares justificavam o apoio ou a recusa a esse projeto de lei encaminhado pelo imperador Dom Pedro II. Eu fui abrindo questões a partir dali. O título provisório desse outro livro que estou concluindo é *Abjeção: A construção histórica do racismo*, porque não é mais exclusivamente sobre a Lei do Ventre Livre. Mas já antecipei algumas conclusões em artigos que publiquei. Acho que uma delas é a impossibilidade de acionar a categoria gênero que se analisa a escravidão. As mulheres livres tinham gênero, as escravizadas, apenas diferença sexual. Portanto, hoje estou em completa rota de colisão com os conceitos de gênero e patriarcado. Conforme eu disse antes, conceitos são ferramentas

⁵ Ver <https://www.ces.uc.pt/pt>

para nos auxiliar a interpretar o mundo que habitamos. Quando eu estava estudando a Lei do Ventre Livre, percebi que existia um alvará em Portugal que foi publicado em 16 de janeiro de 1773, assinado pelo rei Dom José I e pelo Marquês de Pombal, que definia que não nasceriam mais crianças escravizadas no reino de Portugal. Naquele momento, Brasil era colônia de Portugal e não teve Lei do Ventre Livre aqui. Apenas em 1871 é que o parlamento brasileiro pautou este debate.

Comecei a segunda etapa da pesquisa, já vinculada ao CES e em Portugal: Por que esse alvará? A historiografia passa por cima desse alvará e afirma que a primeira experiência de abolição indireta, via “libertação do útero” aconteceu nos Estados do norte dos Estados Unidos. Eu fiz minha pesquisa no Arquivo Nacional e na Torre do Tombo⁶ e foi muito frustrante, porque eu não consegui responder as minhas perguntas de pesquisa. Eu queria entender o que motivou o alvará. Tentei acessar as atas das reuniões de conselho do reino, mas não tem registro. Fui tentar ver a Gazeta de Lisboa, que era o jornal que circulava na época, para ver a repercussão, mas acontece que a Gazeta de Lisboa não estava circulando naquele período.

Quem faz pesquisa sabe que tem os imponderáveis do mundo da pesquisa. Afinal, fazer pesquisa é como relacionamento: a gente sabe como começa, nunca sabe, no entanto, quanto e como termina. Então eu fui ler referências bibliográficas sobre e também não encontrei quase nada. Portugal reflete muito mal sobre seu passado colonial. Acho que muita gente nem sabe que teve escravidão em Portugal, no interior da metrópole, e essa experiência é única de Portugal em relação à Europa. Mas eu tinha uma outra questão aberta, ou seja, não era ainda um projeto de pesquisa: eu queria entender a chamada “crise imigratória”. Todos os dias escutamos casos de pessoas que perdem suas vidas tentando entrar na Europa via Mediterrâneo. Cheguei em Portugal e observei que não há um único dia em que o tema não esteja na mídia⁷. Escutei que “os

⁶ Veja mais em <https://antt.dglab.gov.pt/>

⁷ Veja um exemplo crítico desse debate aqui: <https://www.publico.pt/2022/08/08/p3/cronica/brasileiros-estao-invadindo-portugal-2016477>

imigrantes estão invadindo Portugal”, vi políticos construindo suas agendas em torno dessa questão⁸. Enfim, eu queria entender isso.

Quando eu cheguei, eu fiz esse movimento e eu fui sendo afetada. Os relatos de racismo eram constantes. E comecei a entender de onde vinha a tese da democracia racial no Brasil. A nossa democracia racial não é Gilberto Freyre (2001). Ele dá uma versão refinada, vou usar a expressão que ele gosta tanto, dá uma *adocicada* com cheiro e sabor da cana de açúcar na noção de democracia racial, que é Portugal. Foram inúteis as minhas tentativas de compartilhar o que eu vivi ou o que escutei com colegas portugueses. A resposta não mudava: “isso é uma exceção. Portugal não é racista”. Ou seja, adensa-se, com essa afirmação, outra camada de violência. E eu escutei isso de companheiros do partido comunista, porque é por onde eu circulo. Qual a política do Estado português para combater o racismo? Nenhuma. Claro, afinal, não existe racismo em Portugal.

E todos os dias há casos de trabalhadoras brasileiras que sofrem assédios, inclusive vindas de outras mulheres portuguesas que perseguem as brasileiras, porque tem um fantasma da sexualidade exuberante da brasileira. Relatos de repúblicas de estudantes na qual as meninas brancas portuguesas não cumprimentam as estudantes negra. Você consegue imaginar isso?⁹ Morar na mesma república e não existir para as colegas?

Ao mesmo tempo, como “não tem racismo”, não existe a categoria raça. Então a categoria raça é interdita de constar em formulários, em pesquisas, em reflexões. Vocês entendem o que é isso? Veja as trampas que o colonialismo inventou. A partir da experiência traumática da Europa com a Segunda Guerra Mundial eles elaboraram uma norma, mas essa norma é tão perversa que ela opera na mesma lógica colonial, porque impede os ex-colonizados de nomear a sua dor como racismo. A ponto de que se você

⁸ Por exemplo: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c9r037eldw1o>

⁹ Relatos de racismo sofrido por estudantes brasileiras estão disponíveis aqui: <https://oglobo.globo.com/brasil/alunos-brasileiros-denunciam-xenofobia-racismo-em-universidade-portuguesa-25468243>

chamar um branco de racista você pode ser processada por injúria. Por exemplo, nesse momento, o ativista e intelectual, Mamadou Ba, está sendo processado por calúnia e difamação porque ousou chamar um racista de racista¹⁰. Na França, a mesma coisa; se você pautar a questão do racismo, isso é considerado racismo antibranco.

Ao longo do ano que fiquei na Europa senti, muitas vezes, o ar me faltando. Vivi e presenciei muitas cenas de racismo que preciso elaborar com calma. Uma obra que denunciava a escravidão foi censurada em uma exposição que fazia parte a Bienal de Fotografia do Porto¹¹. A obra “Adoçar a alma para o inferno 3” denunciava o papel do Conde de Ferreira, traficante de pessoas africanas. O Conde é homenageado com o nome de um Centro Hospitalar na cidade. O diretor da Instituição exigiu que a obra fosse censurada. E foi censurada. Quando isso aconteceu? Em maio de 2023. Casos como esses são corriqueiros. Ainda esse ano, em fevereiro, foi inaugurada com grande pompa, no Jardim Imperial de Lisboa, a representação dos brasões das colônias de Portugal.

Então é um pouco isso que acontece em termos de efeitos subjetivos. Eu tive que elaborar, entender que estava em rota de colisão com uma identidade que eu não sabia que existia: “ex”-colonizada (as aspas são para desconfiar da noção de passado que o sufixo sugere). Esqueça essa história de que Portugal é um país amigo do Brasil. Você não é amigo de país que te colonizou? Não é possível ser amigo de um país que continua reproduzindo nos seus manuais escolares a noção do descobrimento, que não fala do genocídio, que rende homenagem a genocidas, que têm avenidas com nome de genocidas, que faz monumentos a genocidas. Esse país não pode ser um país amigo, você tem amizades individuais com pessoas, com companheiros, com a resistência. Você tem aliados, mas o país enquanto política de Estado não é amigo, são

¹⁰ Mais detalhes em <https://www.publico.pt/2023/09/20/sociedade/noticia/mamadou-ba-condenado-difamacao-mario-machado-pede-ministerio-publico-2063968>

¹¹ Veja mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2023/06/brasileiros-sao-censurados-em-portugal-por-obra-que-denuncia-escravidao.shtml>

ex-colonizadores com recalque, que tentam o tempo inteiro continuar implementando nas relações microfísicas do dia a dia a lógica colonial.

Luan Cassal – E é realmente interessante porque de alguma maneira tem conexões entre o que você fala de Israel e o que fala de Portugal, na dimensão de que você está circulando por movimentos de esquerda e você se depara com a negação do colonialismo, com a impossibilidade de nomear, de representar, de elaborar, em dois países, duas realidades diferentes. Não é exatamente a mesma cena, mas se repete e de alguma maneira está relacionado com a Europa.

Berenice Bento – Exato. O que é Israel? Israel é um filho legítimo, com certidão de nascimento passada em cartório, da Europa. E não é possível pensar a Europa sem pensar no colonialismo e imperialismo. A ideia que funda o sionismo é uma ideia colonial, a de que Palestina era um território vazio, daí o mantra sionista: “uma terra sem povo para povo sem terra”. E nesse lema vamos encontrar uma diferença dos sionismos em relação aos outros colonialismos. Veja, os colonizadores portugueses e espanhóis nunca falaram que aqui não tinha gente. Tinha corporalidades que deveriam ser exterminadas, mas tinha. Se era considerado gente ou não, nós podemos fazer uma discussão, se tinha alma, se não tinha alma. Com os negros, o debate, inicial concentrou-se na presença/ausência da alma, e depois move-se para questão da racionalidade/irracionalidade. Com os sionistas, a coisa tem um nível de sofisticação da violência. Era uma terra vazia, dizem eles. Vocês entendem o nível de violência que eles inauguram? E essa violência continua. “Que vá para a Jordânia, que vá para o Irã, que vá para o Iraque, porque não existe essa identidade palestina”, dizem os sionistas. E eles chegam e começam o processo de colonização, no início do século XX, com essa certeza, de que eles não estavam vendo um palestino, de que eles não estavam vendo uma pessoa. E todos os textos repetem, portanto, a mesma certeza: uma terra sem povo para um povo sem terra.

Então, de fato, tem um elo que unifica essas experiências e unifica-me, porque eu sou uma colonizada, eu falo essa língua, esse português, que se eu pudesse arrancar de mim eu arrancaria, mas têm coisas que não podemos fazer. Felizmente, eu falo um português misturado, eu falo brasileiro, que é uma outra identidade linguística que eu demando para mim. Eu falo brasileiro, porque eu tenho uma mistura do banto, do tupi, do guarani, mas têm heranças malditas da colonização que nós não podemos escapar, nos constitui no mundo e temos que lidar com isso, ou indo para o Candomblé, ou fazendo terapia, ou fazendo política, ou articulando as três dimensões para sobreviver psiquicamente. Eu sou uma colonizada e tenho que lidar com esse passado que foi escancarado na minha permanência em Portugal.

Volto para questão da democracia racial. Como a tese da democracia racial consegue se tornar hegemônica? Eu acabei de escrever um capítulo desse livro, (*Abjeção: a construção histórica do racismo*) o último capítulo, que é justamente sobre as revoltas negras, das pessoas escravizadas. Nós temos hoje os remanescentes de quilombo. Pela primeira vez na história do Brasil, o estado brasileiro faz um censo dos remanescentes de quilombo, que foi divulgado três semanas¹². Nós temos um milhão e setecentas pessoas remanescentes de quilombos. O que são os quilombos? São organizações de autogestão de pessoas negras africanas que constroem estruturas paralelas de Estado. Sempre há resistência. Quando chegou o primeiro navio negreiro no Brasil, chegou com ele a resistência. Portanto, a única forma da ideologia da democracia racial sobreviver é matando diariamente a história da resistência negra. E Portugal e o Brasil fazem isso.

Gustavo Mariano – Isso me faz lembrar uma outra questão, que você já comentou em outro momento, que a história ensinada em Portugal, não é substancial,

¹²

Disponível em:
<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/07/populacao-quilombola-e-de-1-3-milhao-indic-a-recorte-inedito-do-censo>.

mas sempre relacional. Então, os monumentos coloniais portugueses são sobre nós também. E como esse passado colonial é elaborado na academia brasileira?

Berenice Bento – Eu me dei conta disso quando eu estava escutando um debate de historiadores portugueses sobre a questão dos monumentos. Eles diziam que eram contrários à derrubada de estátuas, porque a história aconteceu, passou e não é derrubando os monumentos que vai mudar as mentalidades. Porém, tem o seguinte: **hoje, os escombros das caravelas estão voltando**. As turbas colonizadas estão chegando pelos aeroportos, pelo mediterrâneo, pelos barcos de madeira que afundam. É a dobra do colonialismo, são fluxos contrários, mas mesmo que esses fluxos contrários não estivessem acontecendo, parece interessante que esses historiadores falam que nós não podemos desfazer a história, que a história é deles. Nós podemos desfazer a história, é exatamente essa questão. Nossa disputa não é o futuro, a nossa disputa é o passado. É do passado que nós estamos falando.

Quando eu entrei naquele lugar tenebroso chamado Portugal dos Pequenitos¹³, em Coimbra, um lugar em que as crianças vão aprender a história de Portugal, e vi exatamente como eles nos representam: seres selvagens, com estátuas de pessoas negras que parecem observar a chegada do colonizador (o que inclusive é um erro, porque os povos originários das américas tinham outras cores de pele). No monumento dedicado ao Brasil está escrito na parede com letras gigantes: “1500 – descobrimento do Brasil”. Na outra: “Brasil e Portugal, são pátrias irmãs”.

Veja, isso não é sobre a história de Portugal, é sobre minha existência. Eles estão falando que chegaram aqui e a história, portanto, começa naquele momento. E se quando eu vejo isso tenho vontade de pichar e rabiscar e colocar “invasão”, eu estou disputando esse passado. Mas isso seria vandalismo, dizem. Mas eles podem continuar com o genocídio simbólico, eles podem continuar caminhando sobre os cadáveres, porque, a história é deles. O que estou apontando é que há linhas de continuidade entre

¹³ Ver <https://www.fbb.pt/pp/>

os monumentos, o racismo estrutural daquela sociedade e a história colonial louvada. Eu visitei o museu da escravidão no sul de Portugal, em Lagos¹⁴. Qual a imagem gigante que tem em frente ao museu? A do português que transformou o tráfico de gente no melhor negócio da história de Portugal: Infante Dom Henrique. Naquele lugar onde tem aquela estátua aconteceu a primeira venda pública de pessoas escravizadas sequestradas da África. Como é possível ficar passível diante de uma cena de homenagem ao genocídio colonial português? De um lado o Museu, do outro lado a estátua do genocida. Não existe história substantiva. O orgulho colonial de Portugal é a desgraça de milhões de pessoas. A história deles só existe porque estão, continuamente, produzindo-me ao mundo como selvagem. Eu fui descoberta por eles. Essa guerra de narrativa tem que ser instaurada, precisa ser dita. Ela já está posta há séculos. Quer manter a estátua do genocida, mantenha, mas coloque a placa dizendo que matou e a origem de suas fortunas. Isso é interdito, não se pode falar disso em Portugal.

Eu acho que, de fato, a narrativa do colonizador tornou-se vitoriosa na academia brasileira. Portugal segue operando sua lógica colonial com os/as ex-colonizados/as. É um país decadente, que mantém monumentos coloniais intactos e segue construindo esses tributos ao horror. É um país com uma profunda crise demográfica e econômica. Então, o que resta? O passado glorioso. Falam do horror da ditadura Salazar e se orgulham do seu passado genocida. O que a “Revolução dos Cravos” fez para reinterpretar esse passado? Nada. É por isso que não existe a história de mão única, substantiva.

Luan Cassal – Eu acho que tem algo muito interessante que você está trazendo, que é a questão de disputarmos a história, o legado colonial. Você fala de um lugar encarnado de pesquisa documental, mas a tua vinda para o pós-doc na Europa também incluiu ação no presente. Você trabalhou na tentativa de transformar a realidade atual de

¹⁴ Ver <https://museu.cm-lagos.pt/polos/rota-da-escravatura/>

muita gente. Nós nos conhecemos por intermédio da Bruna Irineu¹⁵, porque você ia visitar alguns centros de pesquisa na Inglaterra, mas também alguns campos de assistência a pessoas refugiadas na Europa. Então, parte do seu trabalho, ainda que não fosse a sua pesquisa, foi ação direta nesses espaços. Queria que você contasse um pouco dos barcos de resgate, do campo, e que desse um panorama dessa experiência.

Berenice Bento – Eu precisava entender qual o lugar do imigrante na política europeia. Eu lembro que em 2015, o mundo ficou em choque com a imagem do corpo de uma criança síria de origem Curda chamada Alan Kurdi achada nas praias de Bodrum, um balneario turístico na Turquia¹⁶. No naufrágio, apenas o pai sobreviveu. Meses depois, o jornal islamofóbico francês Charlie Hebdo publicou uma charge¹⁷, com a seguinte legenda: “*Que serait devenu le petit Aylan s’il avait grandi? Tripoteur de fesses en Allemagne*” (“O que aconteceria se o pequeno Aylan tivesse crescido? Apalpador de bundas na Alemanha”¹⁸). A charge foi motivada pelo caso de jovens árabes que importunaram uma jovem na Alemanha.

Que tipo de sociedade é esse que permita que um texto desse circule, que pessoas comprem os jornais e riam perversamente com os islamofóbicos de Charlie Hebdo? Aquela imagem ficou tatuada na minha alma. Quando eu cheguei em Portugal, observei que lá também o tema da migração é central. Por um lado, uma direita extrema que aponta como os/as ex-colonizados/as representa um risco para os valores democráticos e civilizados de Portugal. Por outro, uma esquerda que tampouco encara o debate e silencia. Mas eu sabia que eu estava tendo acesso a uma micro parte do enorme iceberg que passei a nomear como “guerra unilateral da Europa contra os/as

¹⁵ Que também é uma referência sobre homonacionalismo em políticas públicas brasileiras. Ver Irineu (2015).

¹⁶ Veja <https://www.theguardian.com/world/2016/sep/01/alan-kurdi-death-one-year-on-compassion-towards-refugees-fades>. (Atenção para imagens impactantes).

¹⁷ Veja uma análise sobre o caso em Figueiró (2021).

¹⁸ Tradução livre.

ex-colonizados/as”. Eu queria entender também o que estava acontecendo no Mar Mediterrâneo. Concluí que é um equívoco qualificar o que está acontecendo como “crise migratória”. Não há crise. Há uma guerra que tem como objetivo a eliminação sistemática da entrada e permanência dos ex-colonizados/as na Europa. Para chegar a esta conclusão fiz três movimentos de imersão nos fronts de guerra.

Primeiro, trabalhei como voluntária na cozinha de um navio que faz resgate no Mar Mediterrâneo, o *SOS Humanity*. Eu não entrei no mar para fazer resgate, porque não é fácil. Você sabe o que é entrar no mar e fazer resgate? É você estar quase pegando a mão de uma criança e a onda vem e a leva. Ela desaparece. Eu não tenho estrutura para isso. Essa história que eu estou contando é uma das muitas que eu escutei lá dentro do navio. Por quase um mês, eu piquei alho e cebola e escutei as histórias de resgate (Bento, 2023a). Isso aconteceu no Porto de Burriana, na Espanha. Eu comecei a entender que há uma complexa rede de ONGs que fazem esse trabalho. Na ausência de políticas de resgate e socorro promovidas pelos Estados europeus, a sociedade civil começou a se organizar. Quando as pessoas são salvas, os navios as levam para o porto mais próximo, geralmente para Itália, especialmente para a ilha de Lampedusa.

O segundo movimento: decidi que iria para Lampedusa, uma ilha italiana no mar mediterrâneo (Bento, 2023b), o ponto mais extremo ao sul da Europa. Fiquei onze dias acompanhando a chegada das pessoas africanas que eram resgatadas. É outra experiência. Foi lá que comecei a ver a guerra contra os/as ex-colonizados/as diante dos meus olhos. Eles são construídos como os inimigos, os que estão invadindo a Europa. Quando eu vi os/as “inimigos/as” chegando, fiquei em choque: as pessoas chegam descalças, sem mala, com a roupa do corpo, porque perdem tudo no naufrágio. O mar leva e Iemanjá devolve para as areias. Quando eu cheguei e fui dar uma volta na ilha de Lampedusa, vi as areias tomadas de objetos pessoais. Sapatos, roupas, mochilas, tudo. O serviço de limpeza da ilha faz a limpeza. No dia seguinte, as areias voltam a ser ocupadas por objetos e as vezes por corpos.

Esses corpos, todos negros, chegam pendurados naquelas embarcações e impossível não lembrar do navio negreiro. Não é possível não fazer referência ao tráfico negreiro. Da mesma forma que os navios negreiros e a travessia do Atlântico era o momento em que se produz o escravo, a travessia do Mediterrâneo e chegada na Europa e o tempo para as pessoas serem despersonalizadas. Lembrem, durante a travessia do Atlântico, as pessoas negras iam sendo animalizadas: perdiam o nome, a origem, a comunidade de pertencimento. A travessia é o momento em que algo completamente novo estava sendo gestado, o que significa dizer que se está desaparecendo. A travessia do Mediterrâneo é diferente, porque as pessoas escolhem, por condições muito trágicas de suas vidas, mas tem proximidade quando você coloca o elemento Estado nessa equação. O Estado se aproxima desses corpos como aqueles mercadores se aproximavam. Com nojo, com o desejo de morte. Não há mais escravidão, mas a relação de abjeção está intacta, preservada porque não há reflexividade sobre a responsabilidade da Europa com a situação da África.

O desembarque é outro capítulo, porque quando as pessoas começam a desembarcar você pensa: “bom, obviamente as pessoas estão em uma situação de estresse, estavam entre a vida e a morte, terão uma recepção, terão comida, um banheiro, alguém vai acolher e dizer-lhes ‘calma’”... Não! As pessoas ficavam horas sentadas naqueles barcos esperando o desembarque e o que eles recebiam quando chegavam? Nada! A água que eles recebem é dada por um ONG chamada *Hope Mediterranean*. Banheiro? Não! E então eles são deslocados para o lugar chamado *hotspot*, que é o lugar de acolhida¹⁹.

Esse lugar me lembrou as descrições das senzalas. O cheiro é de merda, é de mijo, não tem comida, as pessoas dormem ao relento. É importante interpretar o que este descaso está nos dizendo. Aqueles corpos não precisariam do atendimento mínimo

¹⁹ Sobre o uso da figura ‘crise migratória’ na imposição e reforço de práticas individualizantes e psicologizantes das políticas de migração e de acolhimento para pessoas refugiadas em *hotspots*, ver Christinaki (2022), em inglês.

de higiene e cuidados. Seriam porcos, animais. Em contraposição, vemos o arsenal militar, navios, aviões, barcos milionários. A população de Lampedusa é de cinco mil e poucos habitantes e cerca de dois mil são militares. Frontex, CIA, Carabineiros, Guarda Costeira... A fome dos corpos contrastava com o excesso bélico exibido diante de nós.

Na terceira e última etapa: eu fui para um campo de refugiados chamado Kara Tapa, na ilha de Lesbos, na Grécia (Bento, 2023c) para ver como é o fluxo que chega principalmente da Síria, Afeganistão e da Palestina. Eu conheci três jovencinhos de Gaza, que conseguiram sair por uma rota – que não quiseram falar, obviamente, porque Gaza é fechada, é uma prisão. E conseguiram chegar nesse lugar. Eles disseram que ao vir para a Europa, acreditavam que seria melhor, mas era pior, porque eles ficam dentro de um campo, sem nenhuma estrutura e sem perspectiva.

Lá, eu fui trabalhar em uma ONG humanitária, e também fui fazer comida. Vocês entendem isso? Um campo de refugiados na Europa, em Lesbos, e tem uma ONG que precisa dar comida para as pessoas, porque o Estado não oferece. A porção diária de comida que oferecem não é suficiente. Preparávamos duas mil e quatrocentas refeições por dia. Era impressionante o ritmo de trabalho. Antes desse, tinha o campo chamado Moria, que recebia cerca de vinte mil pessoas, pegou fogo, e foi reestruturado.

Eu sei que a resposta é longa. A minha conclusão é que **existe uma guerra**. Só não lê como guerra quem acha que é uma crise humanitária. Não é uma crise humanitária, é uma gestão política da sobra, do resto humano, que não querem ali. Querem como força de trabalho, não querem as pessoas com seus *hijabs*, com seu cheiro, querem que as pessoas trabalhem, sejam brutalmente exploradas e vão embora. Existe uma guerra dirigida, organizada pela comunidade europeia, que tem a Frontex (Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira), instituição que começou em 2015 com poucos recursos e hoje tem um orçamento escandaloso e está cada dia mais forte (cerca de 845 milhões de euros).

As fronteiras da Europa estão militarizadas. Há um corpo político-legal-militar comum à toda Europa e cada Estado tem suas próprias leis para lidar com o tema da

imigração. O epicentro da guerra contra os/as ex-colonizados/as é o Mar Mediterrâneo. É comum escutarmos que o Mediterrâneo é um cemitério. É um cemitério, mas não somente. É um campo de extermínio. **É o campo de extermínio contemporâneo da nova etapa da colonização.**

Há momentos em que essa guerra unilateral se torna explícita, ganha manchetes nos jornais do mundo. É quando os/as ex-colonizados/as expressam furiosamente diante das opressões. Isso aconteceu na França em junho de 2023, quando a polícia executou o adolescente Nael, de 17 anos. Ele nasceu na França e a família é da Argélia. A fúria tomou conta das ruas. Foram vários dias de protestos, de quebra-quebra. Eu estava em Lille e o meu bairro estava totalmente cercado pela polícia. A situação vai piorar. É um caminho sem volta. A guerra vai endurecer.

Luan Cassal – Aqui no Reino Unido, onde eu moro, acabou de ser aprovada a chamada Lei da Imigração Ilegal, que torna o ambiente ainda mais hostil para pessoas imigrantes e principalmente refugiadas. Isso é parte de um processo para ampliar deportação forçada, inclusive tentando que pessoas que pedem asilo no Reino Unido seriam enviadas para Ruanda (uma ex-colônia de potências europeias) para processamento e assentamento²⁰. E a extrema direita britânica realmente usa isso como moeda para barganha política.

Tem uma coisa que eu acho muito interessante. Você esteve aqui na *University of Manchester* em uma visita para o seminário *Child as Method* (Cassal et al, 2023), que eu estava na organização, no qual discutimos abordagens críticas nos estudos da infância em diálogo com o trabalho da Erica Burman (2017; 2022). Na ocasião, você discutiu a figura da criança, assim como ao longo das suas respostas nesta entrevista. Essa talvez não seja a primeira imagem que se tem da Berenice Bento, como uma

²⁰Ver

<https://www.rfi.fr/br/europa/20231115-londres-insiste-em-plano-para-expulsar-refugiados-para-ruanda-apesar-de-decis%C3%A3o-da-justi%C3%A7a>

pesquisadora da infância. Contudo, a criança está ali atravessando o seu debate a todo tempo: seja a criança refugiada, seja o crescer dentro da ideologia sionistas, seja nas ideias da infância e colonialismo, no seu trabalho com os campos de refugiados, com os barcos de resgate, e recentemente em um de seus poemas. Queria que você falasse um pouco mais dessa figura da criança no seu trabalho.

Berenice Bento – Acho que precisaria de mais tempo para elaborar, Luan. De fato, a figura da criança não aparece nos meus trabalhos com a mesma força que nos trabalhos de Erica Burman (2017; 2022). Talvez em algum momento eu faça esse movimento, porque ela está presente nos textos. Veja o trabalho da Sofia Favero (2020) que pauta um debate fundamental. A questão da criança estava o tempo inteiro na minha tese de doutorado e eu não percebia. Essas pessoas que contribuíram com a pesquisa estavam falando para mim de como foi sendo gestado esse sentimento de não pertencimento ao gênero designado, de não se reconhecer na cisgeneridade. Elas falavam disso o tempo inteiro, eu não elaborei e agora eu vejo que é uma questão que necessita de reflexão. Como eu disse, eu não estou pronto, estou em processo permanente de afetação pelo mundo. E nesse caminho, encontro-me comigo mesmo e penso: como eu não tinha pensando nisso antes?

Apenas um exemplo. Eu escrevi um texto (Bento, 2014) em que eu dialogo com um artigo de Paul Preciado (2020) na qual ele anuncia a pergunta: “Quem protege a criança queer?”. E eu respondo dizendo que quem precisa de proteção é a infância. E é verdade. Um dos entrevistados para essa pesquisa sobre a questão dos judeus antissionistas falou uma coisa muito linda. Ele disse que agora, quando olha para como foi socializado, ele via que diariamente estava sendo cometido um crime contra ele. Existe legislação internacional, existem declarações da ONU, que dizem que as crianças precisam ser educadas em ambientes da paz, dos direitos humanos, de respeito à diferença. Então, de fato, toda criança merece ser protegida, mas tem um dado que é concreto; eu sou professora e eu faço curso de extensão por esse Brasil afora e eu vejo

como as crianças que tem uma performance que estão fora da cisgeneridade sofrem. A criança já nasce dentro de uma estrutura da cisnormatividade e todo o sistema está sendo reproduzido para que ela seja uma criança cis, ou seja, que ela não questione o gênero que foi assignado e que tem como fundamento da diferença sexual. Portanto, o processo de ruptura, de fissura, começa na infância.

Eu acho isso muito curioso, porque quando se lê os manuais DSM (Manual Diagnóstico Estatístico de Transtorno Mental) e do CID (Código Internacional de Doenças), eles organizam a construção do diagnóstico a partir das etapas da vida – infância, adolescência, fase adulta. Mas o que define, prioritariamente, se o psiquiatra ou médico está diante de uma pessoa cis ou trans é a infância. Ora, vocês entendem que isso não tem sentido nenhum? Se os documentos que orientam os profissionais da saúde mental e da saúde em geral, que é o CID, me diz que a infância é o lugar onde o edifício diagnóstico é construído, como dizer que não existe crianças trans, como dizer que não existe criança cis? Como desconsiderar toda a produção do conhecimento sobre a questão das identidades de gênero que teve como fundamento a infância? E, no entanto, esses textos operam como uma lei regulatória e normatizadora. Recupero essa reflexão porque hoje, certamente, eu escreveria outro texto sobre infância que problematizaria as conclusões que oferece naquele texto escrito em diálogo com Preciado.

A infância aparece reiteradamente nas minhas pesquisas. Agora mesmo na pesquisa recém-concluída da Lei do Ventre Livre. Me dei conta que estava debruçada sobre o destino da primeira geração de crianças negras que entrou legalmente o Estado-nação brasileiro. Qual foi o destino dessa geração que nasceu a partir do dia 28 de setembro de 1871? A morte. Depois da lei, temos relatos de criança sendo achadas vivas em latas de lixo, jogadas na rua pelos senhores e pelas senhoras escravocratas. Pela primeira vez, as chamadas Roda dos Rejeitados, como é chamado o lugar onde as mulheres deixavam seus filhos para as Santas Casas de Misericórdia cuidar, passam a receber uma grande quantidade de crianças negras. Os senhores e as senhoras

escravocratas não queriam aquelas crianças. Eu espero que um dia eu consiga dedicar-me com o cuidado necessário ao tema da infância.

Gustavo Mariano – Eu queria comentar, para situar esse momento da entrevista, dia dezessete de agosto, e na semana passada houve três mortes de crianças negras noticiadas e no domingo saiu a entrevista da Larissa Manoela²¹, sobre a questão dos pais e do abuso e violência financeira que eles fizeram. E esses pais manterão boa parte da fortuna criada em família, mas principalmente a partir do trabalho dela. Logo depois dessa reportagem já começam vários projetos de lei para proteger o patrimônio de crianças. Não se sabe se seria uma categoria mais geral de crianças que trabalham, ou necessariamente de crianças nessa indústria.

Por tantos anos, quais vidas puderam ser choradas e protegidas legislativamente? E isso tem a ver com a sua agenda, a partir do que você tem pensado junto sobre o necrobiopoder e essa figura da infância que está muito presente. Aguardaremos essas conexões para pensar a infâncias, o adultocentrismo, que é um interesse muito forte meu e do Luan na política, na democracia e denunciar como isso é descartado por várias agendas de esquerda, mas também na academia. O movimento negro tem apontado isso e agora é possível ver com clareza essa dissonância na realidade de quais vidas nos fazem ficar tristes.

Berenice Bento – Eu concordo completamente.

Luan Cassal – Tem algo que é interessante e eu espero que a entrevista abra essas portas e encaminhe esse debate para as pessoas que estão nos lendo e que trabalham com gênero e sexualidade, que isso faça com que considerem mais as questões da infância, decolonialidade, colonialismo, racismo, e como tudo isso se

²¹ Ver: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c805e41jgedo>

atravessa, para não discutirmos gênero e sexualidade, ou especificamente para esta revista de homotranscultura, de forma isolada, com objetos específicos isolados.

Voltando para esses vinte anos do livro, Berenice, eu acho que é muito feliz fazer essa entrevista porque lemos o seu livro, claro, é uma referência para o Gustavo, é referência para mim e revisitar isso, entendendo que é um outro momento e você cita pessoas tão importantes que estão produzindo, como a Sofia Favero (2020), Helena Vieira (Vieira & Fraccaroli, 2021), a Sara Vagner York (et al, 2020). O que você acha que vem aí em estudos de gênero e sexualidade, no Brasil e na Europa? O que você entende por gênero e sexualidade daqui para frente?

Berenice Bento – Hoje eu me desloquei e não estou mais na linha de pesquisa de gênero e sexualidade no meu Departamento, estou na parte de teoria. Temos discutido a força da interseccionalidade teórico e politicamente, no entanto, quando vamos organizar as linhas de pesquisa nos Programas de Pós, fazemos a opção o recorte temático. Porém, cada pesquisador, cada pesquisadora faz escolhas. A interseccionalidade não deveria operar principalmente na produção do conhecimento? Eu tenho algumas preocupações. Eu comecei essa conversa falando de gênero e sexualidade, (raça demandaria outras reflexões), mas vamos nos concentrar nesses dois marcadores sociais da diferença ou da opressão, vinculando-os aos interesses do Estado.

Durante o mês do orgulho LGBTQTIQ+ eu estava circulando entre várias cidades europeias. Participei de muitas atividades. Em quase todos esses lugares tinha a bandeira da comunidade LGBTQTIQ+ (principalmente, para nossas reflexões, em instituições do Estado, por exemplo, nos parlamentos). E é muito curioso. A identificação dos Estados com a agenda LGBTQTIQ+ pode sugerir que estamos diante de espaços políticos nos quais prevalece a democracia sexual e de gênero, me apropriando um pouco da ideia da democracia racial. Portanto, é um Estado que assegura direitos sexuais e de gênero para a sua população, mas isso não é verdade.

Primeiro, não é verdade porque existe uma condição anterior para você ter acesso a esses direitos que estão positivados: ou seja, se você não está na esfera do Estado nacional, não tem direito. A condição prévia para iniciar a conversar sobre quem tem direitos a ter direitos é fazer parte da comunidade política chamada Estado-nação. Aquela massa humana que apresentei antes, os/as ex-colonizados/as, está fora. No ensaio “Europa: homonacionalismo e racismo” (BENTO, 2023d), eu desenvolvo um pouco essa reflexão.

Vejam a questão de gênero. Durante 20 anos os Estados Unidos e a OTAN ocuparam o Afeganistão. Um dos principais argumentos para justificar a invasão foi levar democracia de gênero, tirar as mulheres das garras do poder soberano dos Talibã. O que eles fizeram? Uma pilhagem nos recursos naturais e nos recursos humanos daquele país. Em 2021, quando o Talibã voltou ao poder a imprensa não mencionou absolutamente nada sobre essa pilhagem. Outra vez, as mulheres aparecem como peça central nas matérias. O Talibã é o retorno do terror, só que o terror já estava instaurado com o neoliberalismo e com o colonialismo estadunidense e dos países da Europa. Eles lapidaram tudo! Arrancaram tudo, com apoio de parte considerável do movimento feminista estadunidense e europeu. Isso foi algo inédito na história dos movimentos feministas.

Então a minha preocupação hoje, Gustavo e Luan, é pensar com os movimentos sociais e na academia dos países que foram colonizados podem seguir com as lutas e formulações, com as nossas teorizações sobre os direitos da comunidade, direitos a ter uma vida, a não ser assassinada porque se é trans. Avançar nas reflexões e nas lutas, mas interseccionalizar, não exclusivamente pela questão da identidade, mas interseccionalizar pelas alianças políticas. Não há dúvidas que ser bicha-preta-periférica anuncia uma existência no mundo que precisa articular determinadas estratégias políticas na luta por reconhecimento em que sexualidade/raça/classe tornam-se indissolúveis. A minha questão é outro tipo de interseccionalidade. É necessário que movimentos sociais, acredito, tragam para seu interior alianças políticas pautadas na

luta anticapitalista, antissionista, antirracista. Porque no capitalismo é impossível que todos as bichas pretas periféricas tenham direito à educação, à saúde, ao emprego. Se não há esse tipo de interseccionalização o movimento torna-se facilmente cooptado para lógica da meritocracia.

Eu vejo, com raras exceções (a exemplo do Coletivo Panteras Rosa²² em Lisboa), como o movimento feminista e LGBTTIQ+ entregou a cabeça e o coração para o Estado. No dia oito de março deste ano (2023) eu estava em Paris e participei da manifestação e eu buscava alguma faixa que se somasse à luta pelos direitos humanos dos imigrantes. Eu não vi nada. Uma absoluta surdez em relação ao drama das bichas, das mulheres, dos pretos que não tem identidade nacional. **Se você não tem identidade nacional, você não tem nada**, me inspiro aqui em Hannah Arendt (2009). Se os movimentos sociais não pautam essas lutas, então se tornam aliados das políticas de morte implementadas pelos Estados. Os tropos, a retórica do poder, foram para cima das agendas dos feminismos, dos dissidentes sexuais e gênero e se apropriaram delas e não estamos nos dando conta disso.

Luan Cassal – Muito obrigada, Berenice, por inspirar essas duas jovens bichas migrantes, não só a fazer academia, mas fazer agir a academia.

Referências

ARENDRT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AHMED, Sara. **Living a feminist life**. Durham: Duke University Press, 2017.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8ª edição revista [Obras Escolhidas v.1]. São Paulo: Brasiliense, 2012.

²² <http://panterasrosa.blogspot.com/>

BENTO, Berenice. Mar Mediterrâneo, um mar de sangue. In: **Esquerda, Lisboa/Portugal**, 27 fev. 2023a.

BENTO, Berenice. Lampedusa: ilha de desumanização das pessoas imigrantes na Europa. In: **ALICE News**, 14 abr. 2023b.

BENTO, Berenice. Oito Laranjas. **Outras Palavras**. 2023c.

BENTO, Berenice. Europa: Homonacionalismo e racismo. **Revista Cult**, setembro. 2023d.

BENTO, Berenice. Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento. Entrevista: Diego Madi. **Cad. Pagu**, 43, Jul-Dez 2014.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: gênero e sexualidade na experiência transexual**. (3ª edição). Salvador: Devires, 2017

BENTO, Berenice. **Dispositivo sionista e seus descontentes**: Histórias de pessoas judias antissionistas (no prelo).

BENTO, Berenice. **Abjeção: a construção histórica do racismo**. (no prelo).

BUTLER, Judith. **Caminhos Divergentes**: judaicidade e crítica do sionismo. São Paulo: Boitempo, 2017.

BURMAN, Erica. **Deconstructing Developmental Psychology**. (3rd edition). London: Routledge, 2017.

BURMAN, Erica. Child as Method as a Resource to Interrogate Crises, Antagonisms and Agencies. **Estudos E Pesquisas Em Psicologia**, 22(4), 2020, pp. 1313–1328. <https://doi.org/10.12957/epp.2022.71744>

CASSAL, Luan Carpes Barros; CHRISTINAKI, Artemis; BURMAN, Erica; BLACK, Laura; WU, Weiyuan. (ORGs). **Child as Method International Symposium Conference Proceedings**. Manchester: University of Manchester. Conference contribution, 2023, 27pp. <https://doi.org/10.48420/24073236.v1>

CHRISTINAKI, Artemis. Crisis, Ψ -trauma, refugees: Psycho-political questions at the edge of fortress Europe. **Psychotherapy & Politics International**, 20 (4), 2022, pp. 1-15. <https://doi.org/10.24135/ppi.v20i4.04>

FAVERO, Sofia. **Crianças Trans: Infâncias possíveis**. Simões Filho, BA: Devires, 2020.

FIGUEIRÓ, Lucas Woltmann. Notas sobre humor e fronteiras. **Aurora**, 13 (2), 2021, pp. 97-124. <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2020.v13n2.p97-124>

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2017.

IRINEU, Bruna Andrade. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. **Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade contemporânea**, 12(34), Jul-Dez 2015, pp. 155-178. <https://doi.org/10.12957/rep.2014.15088>

JESUS, Jaqueline de e colaboradores. **Transfeminismo: Teorias e Práticas**, Rio de Janeiro: Metanoia editora, 2014.

PAPPÉ, Ilan. **A limpeza étnica da Palestina**. São Paulo: Sundermann, 2016.

PRECIADO, Paul. **Um Apartamento em Urano: Crônicas da Travessia**. Rio de Janeiro: Zahar. 2020.

SCHULMAN, Sarah. Israel and Pinkwashing. **The New York Times**, 2011. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/11/23/opinion/pinkwashing-and-israels-use-of-gays-as-a-messaging-tool.html>.

VIEIRA, Helena; Fraccaroli, Yuri. Nem hétero, nem homo: cansamos. **Revista Cult**. 26 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/nem-hetero-nem-homo-cansamos/>. Acesso em: 01 Set 2023.

YORK, Sara Wagner/GONÇALVES JR., Sara Wagner Pimenta; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, 28 (3), e75614, 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375614>

“The shipwrecks are coming back now”: Body, colonialism, and war in an interview
with Professor Berenice Bento

Abstract: This interview with Professor Berenice Bento, from Universidade de Brasília, took place on 17th August 2023. In our discussion, we discussed the 20th anniversary of her PhD thesis *The reinvention of the body*, which has three book editions published. She also presented her current research and activism projects that will be published as a new book, *The Sionist Dispositif and those who are dissatisfied: Stories of Anti-Zionist Jews*. Berenice analysis history and current developments of colonial relations, war, and termination imposed by European countries and their allies against colonised and oppressed populations. She stresses the body as a place of dispute, regulation, and conflict. Using an intersectional approach, Berenice discusses race, gender, sexuality, age, class, nationality, and politics, claiming academics for research and political action.

Keywords: colonialism; war; racism; body; politics.

Recebido: 11/12/2023

Aceito: 20/06/2024